

Estado modesto, Estado moderno

Otávio Tirso de Andrade

“O Brasil vai mal... Como sairão vocês dessa crise?” — é a pergunta que ouvimos no decorrer de umas poucas semanas de viagem à Europa. Mas não há idéia, no estrangeiro, da babel em que o nosso país foi transformado pela voraz alcatéia de politiquetes cavilosos implantada no poder. Tal como os *calamares* da conhecida receita culinária espanhola, os brasileiros estão a ser cozinhados “en su tinta”. O mundo civilizado tem prioridades mais importantes com que ocupar-se. Não há como nem por que dedicar-se a ministrar a dirigentes brasileiros cursos intensivos de instrução moral e cívica. A Europa anda às voltas com o desarmamento, vale dizer, com o problema da própria sobrevivência física e política. Quanto às dívidas do Terceiro Mundo, a África merece dos europeus, muito justamente, atenções maiores do que lhes poderiam suscitar as funarices incineradoras de reservas cambiais. Na hora em que a moratória interna aventada pelo inefável senador Chiarelli generalizar o caos — da cidade aos campos — as consequências da subversiva iniciativa do prócer do Partido dos Falsos Liberais não ocuparão manchete: irão juntar-se ao noticiário sobre os esquadrões da morte inseridos com frequência nas páginas policiais dos jornais de lá.

A súcia jacobino-reacionária que infecta a Constituição pode perseverar em paz na construção da muralha chinesa que afortalezará o gueto de negociatas, reservas de mercado, cartéis, monopólios, empreguismo e vagabundagem burocrática em que já transformaram o Brasil. A civilização em marcha inevitável no mundo que evolui velozmente — dos Urais ao Tejo, da África à Ásia — passará ao largo da nossa Hileia de ignorância, cujos habitantes serão proibidos de ver o “crescimento da massa de saber científico e, por conseguinte, tecnológico, que se propaga em gigantesco fogo de artifício cuja amplitude é impossível prever” (Jean Meyer: *Le poids de l'État*).

Os apedreiros opostos ao capital estrangeiro não têm mais tempo para aprender que a maior parte dos países industrializados ricos importou capital para desenvolver-se e que não o fez sob a forma de empréstimos: preferiu investimentos em empresas privadas. As economias em estágio como a do Brasil, atualmente, também não poderão progredir só com recursos internos. As barreiras opostas aqui ao ingresso do capital estrangeiro visam a ancorar o país na estagnação, onde a única atividade realmente próspera será a intermediação das benesses do Estado, ou seja, a advocacia administrativa. Não é por outro motivo que tantos políticos profissionais tentam erigi-las e fortalecê-las. Afinal essa “atividade” é o melhor negócio que conhecem.

A inexistência de obstáculos constitucionais ao ingresso de capitais estrangeiros não significaria que o país iria recebê-los às catadupas, de um dia para o outro. O crédito externo dilapidado pela Nova República e seus planos cruzados não se restabelecerá com brevidade. Além do mais, a situação dos bancos internacionais é diversa dos tempos em que as respectivas tesourarias explodiam com petrodólares. Quanto aos investidores estrangeiros institucionais e privados, em geral, encontram na internacionalização dos mercados financeiros dos países capitalistas oportunidades mais lucrativas e líquidas do que lhes ofereciam empréstimos a países em desenvolvimento. A privatização das companhias estatais nos países do Ocidente Europeu

constitui outro pólo de atração de investimentos. Na Espanha de Felipe González, as ações das empresas locais subiram 140%, em termos reais, no decorrer do ano passado. O mundo capitalista pode perfeitamente esquecer-nos e continuar a progredir.

A propósito, observe-se que ao aumentar suas reservas para fazer face à inadimplência do Brasil e de outros maus pagadores, o Citicorp não está cancelando dívidas. Ao fixá-las em 3 bilhões de dólares, revela quanto espera perder ao negociá-las com terceiros. Os corretores norte-americanos Salomon Brothers, especializados no “mercado secundário” de dívidas do Terceiro Mundo, opinam que os títulos da dívida brasileira talvez possam ser negociados a 64% do respectivo valor nominal. Ainda. Na hipótese de preponderarem em nossa futura Constituição as teses xenófobas de certos “apristas” locais, valerão tanto quanto os “papagaios” peruanos: apenas 11% do valor nominal! Mas não é tudo. Tal como acentua o comentarista Irwin Stelzer, em artigo publicado recentemente no *Sunday Times*, o mais perturbador sintoma revelado pela atitude do Citicorp é o pessimismo que reflete quanto às perspectivas de crescimento da economia mundial. Ora, não havendo tal crescimento, muito difícil será aos países devedores fazer face a seus compromissos. Pois é justamente em tal momento que se pretende dificultar ou impedir o ingresso de capital estrangeiro...

No que diz respeito à ciumenta “defesa” de nossas matérias-primas, corremos o risco de ficarmos eternamente na posse delas, mantendo-as cuidadosamente inexploradas. A revolução tecnológica em curso faz com que os recursos humanos tornem-se, dia a dia, mais importantes do que os materiais. O tempo do carvão de pedra e do ferro está a ser ultrapassado, e até mesmo o da indústria, tal como ainda o conhecemos. A respeito, leiam estas palavras de Michel Crozier em seu recente ensaio, publicado sob o significativo título de *État modeste, État moderne*: “O que terá sucesso amanhã, em mundo dominado por serviços e pela tecnologia, será a capacidade de assegurar a qualidade, de desenvolver e utilizar conhecimentos, a adaptabilidade, a aptidão de organizar operações complexas. Em síntese: a inteligência.”

Ao ler-se, ver-se e ouvir-se alguns dos senhores constituintes, parece-nos que nossa Constituição brindará o país com um Estado que se tornará o setor mais arcaico do conjunto social. A confirmar-se nossa suposição pessimista, os constituintes terão criado as condições para virmos a ter em prazo relativamente curto uma autêntica revolução social. Várias regiões e setores da economia já cresceram o bastante para não se submeterem à camisa-de-força em que ineptos e subversivos pretendem aprisioná-los.

“Um Estado arrogante, onipresente e onicompetente é necessariamente incompetente, porque não sabe mandar senão a partir de princípios abstratos e pontos de vista genéricos. Só o Estado modesto pode verdadeiramente revelar-se ativo, uma vez que é o único capaz de dar ouvidos à sociedade, de compreender os cidadãos e portanto de servi-los, ajudando-os a realizar por si mesmos seus próprios objetivos”. Estas palavras são do já citado Michel Crozier.

O ensinamento que decorre da leitura do sociólogo francês é o de que, em regime democrático, os governantes devem adaptar-se ao povo que têm a obrigação de servir e não o povo submeter-se às fantasias e projetos dos governantes. Na hora em que nos ameaçam fuzilar com trens-balas e esmagar sob megaferrrovias adiáveis, o ensinamento é oportuníssimo. Não lhes parece?

JORNAL DO BRASIL

15 JUN 1987